

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.416 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 7 DE DEZEMBRO DE 2001

Recursos para o Rio São Francisco entram na pauta

O Plenário iniciou ontem a discussão da proposta de emenda constitucional do senador Antonio Carlos Valadares que institui o fundo para revitalizar o Rio São Francisco. Valadares comentou o quadro de agonia vivido pelo São Francisco, lembrando que “dos 36 afluentes do rio, hoje só 19 são perenes”.

PÁGINA 7



O senador Álvaro Dias, entre Geraldo Althoff e Gilberto Mestrinho, presidiu a reunião que encerrou as atividades da CPI

Toda a CPI aprova relatório que propõe novas leis para futebol

A comissão parlamentar de inquérito que investigou irregularidades no futebol aprovou ontem, por unanimidade, o relatório de Geraldo Althoff. O documento, de 1.129 páginas, denuncia 17 personalidades ligadas ao esporte no Brasil, além de propor novas leis. À exceção de Gilvam Borges, todos os membros da CPI elogiaram o trabalho do relator.

PÁGINAS 3 A 5

Salário mínimo pode ter reajuste maior que inflação



O senador Carlos Bezerra (D) preside a Comissão Mista de Orçamento

Líderes dos partidos governistas no Congresso decidiram ontem – pressionados pela obstrução da oposição às votações do Orçamento da União para 2002 – criar grupo de trabalho que discutirá a possibilidade de aumento do salário mínimo em percentual superior à inflação deste ano. A primeira reunião deve ocorrer na próxima terça-feira.

PÁGINA 12



Ramez Tebet recebe de Aécio Neves a proposta que restringe imunidade

Tebet: Senado apressa exame de limite à imunidade parlamentar

PÁGINA 6

Plenário volta a discutir emenda que tributa importação de petróleo

PÁGINA 2



Osmar Dias: "Elevação de preços é demonstração de irresponsabilidade"

Osmar protesta contra aumento de tarifas

O senador Osmar Dias (PDT-PR) protestou ontem, "em nome do povo paranaense", contra o aumento das tarifas de serviços como água e luz anunciado pelos governos federal e estaduais. Em discurso, ele apelou para que a Assembléia Legislativa do Paraná rejeite projeto enviado pelo governador Jaime Lerner que majora em 1% a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) cobrada sobre serviços de telefonia e combustíveis, cigarros e bebidas.

Segundo disse, a expectativa é que a energia elétrica suba entre 20% e 30%, a água 18% e os pedágios rodoviários 19,35%. Para o senador, se as altas forem confirmadas, os preços dos produtos agrícolas e industriais seguirão o mesmo caminho e os aumentos serão repassados aos trabalhadores, que continuam sem aumento salarial.

O senador destacou que a elevação dos preços é uma "demonstração de irresponsabilidade" das autoridades econômicas, que sabem da "impossibilidade de o trabalhador pagar" os novos valores dos serviços.

A mudança na tabela do Imposto de Renda, a ser ainda votada na Câmara, "de nada adiantará" se prevalecerem os aumentos nos serviços, avaliou. Para ele, as perdas serão superiores ao ganhos.

Senado discute contribuição sobre petróleo importado

A PEC, que começa a ser debatida hoje em segundo turno, também estabelece a cobrança sobre bens de telecomunicações adquiridos no exterior

Em segundo turno, o Senado inicia hoje a discussão da proposta de emenda à Constituição (PEC) que possibilita a incidência de contribuições sociais e da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) – ainda a ser criada – sobre a importação de bens e serviços de telecomunicações, petróleo e derivados. O texto isenta as receitas decorrentes de exportação da incidência dessas contribuições.

A Cide vai substituir a Parcela de Preços Específica (PPE), adicional cobrado no preço dos derivados de petróleo, a ser extinta em janeiro próximo. A PPE garante aos cofres do Tesouro aproximadamente R\$ 6 bilhões por ano, segundo cálculos de senadores.

No primeiro turno, a PEC foi aprovada por 66 votos a favor, um contrário e uma abstenção. Na ocasião, os senadores concorda-



Romero Jucá considera que a proposta protege o petróleo produzido no país

ram em realizar nova audiência pública sobre o assunto com os ministros da Fazenda, Pedro Malan, e de Minas e Energia, José Jorge, antes do retorno da matéria para o segundo turno.

Na discussão em primeiro turno, o vice-líder do governo e relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Romero Jucá (PSDB-RR), afirmou que a propos-

ta beneficia os estados, na medida em que impedirá a concessão de liminares dispensando distribuidoras de combustíveis do recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Segundo ele, a proposta também protege o petróleo produzido no país, ao tributar o produto importado. Jucá informou ainda que o projeto de lei complementar regulamentando a Cide será aprovado ainda este ano.

Também hoje o Senado realiza a segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC que institui o Fundo para Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco. De autoria do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), a proposta altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e estabelece que o fundo terá duração de 20 anos.

Maria do Carmo cobra revisão das metas de racionamento para a Região Nordeste

A senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) apelou ao coordenador da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, Pedro Parente, e ao presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, para que revejam as metas de consumo estabelecidas para as cidades turísticas do Nordeste. A senadora ressaltou a necessidade de que esses municípios utilizem percentual de racionamento de 7%, idêntico ao das cidades turísticas das regiões Centro-Oeste e Sudeste.

Segundo Maria do Carmo, além de viver os dramas habituais como a seca, que faz com que a região

abrigue mais da metade da miséria absoluta do país, o Nordeste sofre com o racionamento, que agravou a situação de pobreza, levando a indústria e o comércio a acumular prejuízos e provocando o aumento do desemprego.

O Nordeste, disse a senadora, é a região que mais precisa de investimentos e de fluxo de capital. Por esse motivo, acrescentou, "a região não pode ser castigada" por uma política que é resultado de "uma visão equivocada e ensandecida de tecnocratas".

Maria do Carmo lembrou que dezembro costumava representar "um alento" para a população nor-



Maria do Carmo avalia que o turismo na região será prejudicado com o racionamento

destina, que via no turismo uma chance de compensar as perdas do ano. Com o racionamento, acredita, o turista será afugentado.

PLENÁRIO

9h – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC que dispõe que as contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico não incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação, contudo podendo incidir sobre a importação de bens ou serviços de telecomunicações, derivados de petróleo e combustíveis; e segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC que instrui o Fundo para Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco.

PREVISÃO

PLENÁRIO

Segunda-feira

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC que dispõe que as contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico não incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação, contudo podendo incidir sobre a importação de bens ou serviços de telecomunicações, derivados de petróleo e combustíveis, define alíquotas e competência; primeira sessão de discussão, em segundo turno, do substitutivo à PEC que dispõe sobre a utilização da Floresta Amazônica, Mata Atlântica, Serra do Mar, os Pantanais Mato-Grossense e Sul-Mato-Grossense e Zona Costeira como patrimônio nacional; entre outros.

Terça-feira

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLC que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros; parecer que submete à deliberação do Senado os nomes de Sebastião do Rego Barros Netto e de Luiz Augusto Horta Nogueira para exercerem os cargos de diretor-geral e de diretor da Agência Nacional do Petróleo (ANP), e o que submete o nome de Beny Parnes para exercer o cargo de diretor do Banco Central; segunda sessão de discussão, em segundo turno, do substitutivo à PEC que dispõe sobre a utilização da Floresta Amazônica, Mata Atlântica, Serra do Mar, Pantanais Mato-Grossense e Sul-Mato-Grossense e Zona Costeira como patrimônio nacional; entre outros.

COMISSÕES

Terça-feira

10h – Comissão de Assuntos Econômicos. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19

14h30 – Comissão de Revitalização do Rio São Francisco

Pauta: apresentação do primeiro Relatório Parcial. Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2

18h – Comissão de Assuntos Sociais. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 9

18h – Comissão de Fiscalização e Controle. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 13

Quarta-feira

9h – Comissão de Assuntos Sociais. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 9

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz, Geraldo Magela e Jane de Araújo

Arte: Cirilo Quartim

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações



A comissão parlamentar de inquérito que investigou irregularidades no futebol acolheu ontem, por unanimidade, as conclusões do senador Geraldo Althoff, sugerindo o indiciamento de 17 dirigentes

Relatório final é aprovado por unanimidade

O relatório do senador Geraldo Althoff (PFL-SC) que pede o indiciamento de 17 personalidades ligadas ao futebol brasileiro foi aprovado ontem, por unanimidade, na Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou irregularidades em clubes e federações. O texto de 1.129 páginas aponta a ocorrência de crimes de evasão fiscal, fraude cambial, evasão de divisas, sonegação de impostos, apropriação indébita e falso testemunho, além de sugerir a adoção de uma lei de responsabilidade social do futebol, tratando-o como atividade comercial e sujeitando os dirigentes à publicação de demonstrações financeiras e contábeis das entidades.

Doze senadores votaram a favor do relatório. O senador Gilvam Borges (PMDB-AP), que havia anunciado a elaboração de um voto em separado, também votou a favor do texto de Althoff, porém com ressalvas. Gilvam disse que o trabalho do relator e do presidente da CPI, Álvaro Dias (PDT-PR), pautou-se por interesses políticos, focando-se apenas nos clubes e entidades do eixo Rio-São Paulo. Além disso, sustentou Gilvam Borges, o relatório não tratou dos interesses econômicos que estariam por trás da exploração do futebol pelos meios de comunicação.

Encerrados os trabalhos da CPI, começa agora uma nova fase no processo de reformulação do futebol brasileiro, tanto no que diz respeito à punição dos responsáveis pelas irregularidades apontadas pelos senadores como em relação às mudanças na legislação. Na próxima terça-feira, Álvaro Dias e Althoff entregam cópia do relatório ao ministro do Esporte e Turismo, Carlos Melles. No dia seguinte, entregam o texto ao presidente da Câmara, Aécio Neves, e ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro.

A primeira consequência prática da aprovação do relatório deve ser, de acordo com Álvaro Dias, o afastamento de Ricardo Teixeira da presidência da Confederação Brasileira de Futebol.

— Ele não tem mais credibilidade para conduzir a entidade na preparação para Copa do Mundo de 2002 — disse.



Relatório de Geraldo Althoff aponta a ocorrência de crimes de evasão fiscal, fraude cambial, evasão de divisas, sonegação de impostos, apropriação indébita e falso testemunho. Gilvam Borges fez ressalvas ao trabalho, mas votou pela aprovação

Gilvam aponta motivações políticas e compara trabalho da CPI à Inquisição

Apesar de ter feito duras críticas à condução da CPI do Futebol e anunciado a elaboração de voto em separado sobre o trabalho da comissão, o senador Gilvam Borges votou a favor do relatório do senador Geraldo Althoff. No entanto, manifestou ressalvas ao texto do parlamentar catarinense.

— Os questionamentos e levantamentos feitos pela CPI nas contas da Confederação Brasileira de Futebol tiveram respostas, justificativas, que foram relegadas no relatório — argumentou Gilvam, afirmando que motivações políticas teriam norteado o trabalho de Althoff e de Álvaro Dias, respectivamente relator e presidente da comissão.

— A clara disposição da presidência da CPI de focar restritivamente o eixo Rio-São Paulo do futebol brasileiro deu-me a justa interpretação de uma tarefa voltada para os holofotes nacionais, como uma mariposa em busca de luz, transformando a busca da verdade plena, à qual

uma CPI se encontra atrelada, em um palanque para eleições governamentais — acrescentou.

Gilvam Borges disse acreditar que os termos do relatório podem acarretar prejuízos permanentes às pessoas investigadas pela CPI, antes de qualquer decisão da Justiça sobre os fatos. Ele comparou o trabalho da comissão à Santa Inquisição.

— A CPI do Futebol não quer saber de inocentes ou culpados, preferindo pegar politicamente alguém para pagamento dos pecados de muitos. Punição esta, pior que aquela a ser buscada pelo Ministério Público, posto que no âmbito judicial a liberdade de defesa ampla estará assegurada — afirmou.

Um dos erros da comissão, segundo o texto lido por Gilvam antes da votação do relatório, foi que as investigações pouparam clubes da Região Sul. Ele lembrou que o Flamengo foi analisado em 201 páginas no relatório, enquanto todo futebol sulista mereceu 41 páginas. Além dis-



so, sustentou, a CPI não teria se preocupado com o que ele entende ser o principal problema do futebol brasileiro: a disputa política e econômica em torno do esporte.

— Não são alguns cartolas que estão a jogar ladeira abaixo o futebol brasileiro. A quem interessa que estejam fora (os cartolas) do circuito futebolístico? A quem interessam os contratos milionários que estão por vir na Copa de 2002? — questionou.

Mais tarde, no Plenário, Gilvam pediu desculpas às pessoas que prestaram depoimentos na CPI do Futebol. afirmou que foram cometidos exageros contra todos os depoentes, interrogados — segundo ele — de forma “grosseira, brutal e tendenciosa”. Alguns dirigentes, lembrou, “chegaram às lágrimas, sabendo que sua defesa não seria aceita”.

— Se essas pessoas têm o que pagar, irão pagar, mas o principal aliado delas é a Justiça, onde terão direito de defesa. Lerei em Plenário as conclusões do Ministério Público, e a imprensa tem o dever de divulgar essas conclusões — disse o senador.

Gilvam Borges apresentou um voto em separado para ser anexado ao relatório do senador Geraldo

Althoff (PFL-SC), aprovado unanimemente. Disse ter acolhido o relatório de Althoff no que se refere ao bingo, à sonegação fiscal, a infrações tributárias, evasão de divisas e legislação. Mas rejeita-o no que toca aos clubes do eixo Rio-São Paulo, por ter excluído da investigação agremiações de outras regiões.

— É surpreendente como pouparam os clubes sulistas. Solicito ao presidente da CPI, senador Álvaro Dias, e ao relator, senador Geraldo Althoff, que justifiquem tal atitude — afirmou.

Gilvam lamentou também a “irrelevância” dada pela CPI aos contratos milionários firmados entre emisoras de televisão e clubes, afirmando que grandes conglomerados econômicos foram poupados.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ter considerado sério o trabalho do presidente e do relator da CPI. Acrescentou que “talvez tenham ocorrido imperfeições”, mas observou que foram reunidos elementos para o Ministério Público analisar e encaminhar à Justiça. Suplicy destacou, entretanto, a importância de opiniões divergentes no Parlamento.



A maioria dos integrantes da CPI destacou o trabalho realizado pelo relator, senador Geraldo Althoff. E o presidente da comissão, senador Álvaro Dias, prevê uma nova fase no futebol brasileiro



Senadores salientaram a qualidade das provas coletadas sobre irregularidades no futebol brasileiro

Senadores elogiam atuação de Geraldo Althoff

À exceção do senador Gilvam Borges, que fez duras críticas ao trabalho da CPI do Futebol, todos os integrantes da comissão elogiaram a atuação do relator, senador Geraldo Althoff.

Na avaliação do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), apesar dos diversos questionamentos, inclusive jurídicos, de personalidades investigadas, a CPI demonstrou a importância de que o Estado tenha controle sobre os atos relacionados ao futebol. Ele disse ainda que, especificamente no que tange à Confederação Brasileira de Futebol (CBF), o relatório de Althoff é irretocável.

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) afirmou que a comissão tratou o futebol como bem público. Segundo ele, "nada é mais público do que a maior paixão deste país". Do trabalho da CPI, sustentou, resultarão mudanças que devolverão a credibilidade e a lisura ao desporto.

Alguns senadores ressaltaram o compromisso, demonstrado na condução dos trabalhos da CPI, de garantir aos investigados amplo di-

reito à defesa. Para o senador Romeu Tuma (PFL-SP), nenhum deles poderá se queixar de ter tido direitos cerceados.

— Não houve injustiças no trabalho da comissão — disse Tuma, observando ainda que tampouco algum senador terá como argumentar que não pôde participar dos trabalhos investigativos de forma plena, pois a CPI não recusou qualquer requerimento.

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ), considerado pelo próprio relator um dos mais assíduos da comissão, disse que a CPI reuniu muito mais do que indícios de irregularidades. Segundo ele, há "provas concretas de crimes como sonegação, apropriação indébita, evasão de divisas e falsidade ideológica". Diante disso, sustentou o senador Lindberg Cury (PFL-DF), os acusados não conseguiram apresentar provas de inocência. O senador José Coelho (PFL-PE) também ressaltou a qualidade das provas coletadas e do relatório aprovado ontem.

Mesmo ressaltando que o relató-

rio pode ter falhado em sua abrangência, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) considerou-o eficiente na apuração de diversos delitos e convincente nas recomendações ao Ministério Público, à Secretaria da Receita Federal e à Polícia Federal.

— Os indícios são de grande gravidade e o Ministério Público não se furta a investigá-los — disse.

O senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) também elogiou o trabalho do relator, mas pediu a correção do item do relatório que expõe os repasses feitos pela CBF às federações estaduais. O texto lido na terça-feira dizia que a Federação do Tocantins fora a que mais recursos recebera da CBF, relacionando esse fato ao apoio da entidade a políticos eleitos em 1998. Quintanilha esclareceu que 16 federações receberam mais recursos do que a de seu estado. Salientou ainda que o valor de R\$ 12 mil por mês que a entidade recebe é utilizado para o incentivo à prática desportiva entre a população carente. Althoff acolheu as alterações propostas por Quintanilha.

Álvaro Dias prevê mudanças profundas no futebol

A investigação de irregularidades em clubes e federações e as propostas de alteração na legislação esportiva mudarão profundamente o futebol brasileiro, afirmou ontem o senador Álvaro Dias (PDT-PR), presidente da CPI do Futebol, logo após a votação do relatório final. Ele salientou a



Álvaro Dias defende Lei de Responsabilidade Social do Futebol

força das provas documentais recolhidas pelos integrantes da CPI.

— A força da verdade destruiu argumentos. As provas foram consi-

deradas pela unanimidade dos senadores e terão peso quando o Ministério Público adotar os procedimentos cabíveis para a responsabilização civil e penal dos envolvidos — salientou o senador.

Álvaro Dias disse esperar que o presidente da República transforme em medida provisória a sugestão de Lei de Responsabilidade Social do Futebol, presente no relatório. Pela proposta, o futebol passaria a ser tratado

como atividade comercial, sujeitando os dirigentes a divulgar demonstrativos financeiros e contábeis dos clubes e federações. Além disso, a CPI propôs a criação de uma agência nacional do desporto, para regular e fiscalizar a atividade.

Na próxima terça-feira, Álvaro Dias entregará cópia do relatório ao ministro do Esporte e Turismo, Carlos Melles. Na quarta, levará o documento ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, e ao presidente da Câmara, Aécio Neves. O relatório pede abertura de processo por quebra de decoro parlamentar contra o deputado Eurico Miranda (PPB-RJ).

Conclusões da CPI sugerem indiciamento de 17 pessoas

O relatório do senador Geraldo Althoff, aprovado ontem na CPI do Futebol, propôs o indiciamento de 17 personalidades ligadas a clubes, federações e à Confederação Brasileira de Futebol (CBF), por crimes de evasão fiscal, fraude cambial, evasão de divisas, sonegação de impostos, apropriação indébita e falso testemunho. A seguir, as pessoas que podem ter o indiciamento pedido pelo Ministério Público:

RICARDO TEIXEIRA — Acusado de apropriação indébita, evasão de divisas, sonegação fiscal, lavagem de dinheiro, administração relapsa e gestão ruinosa.

MARCO ANTONIO TEIXEIRA E JOSÉ SALIM — Acusados pelos mesmos crimes atribuídos ao presidente da CBF.

EURICO MIRANDA — Falsidade ideológica, apropriação indébita de recursos do Vasco da Gama, crime eleitoral, crime tributário, lavagem de dinheiro e evasão de divisas. Pelos cálculos da CPI, teria desviado pelo menos R\$ 20 milhões dos cofres do Vasco. Além de pedir o indiciamento do dirigente, a CPI quer que a Câmara abra processo por quebra de decoro contra o deputado do PPB.

ANTONIO SOARES CALÇADA, MÁRIO CUPELO E PAULO SÉRGIO REIS — A CPI pede o indiciamento do ex-presidente e dos dois dirigentes do Vasco por terem prestado informações falsas.

EDMUNDO SANTOS SILVA — O presidente do Flamengo é acusado de apropriação indébita, lavagem de dinheiro, evasão de divisas e crime contra a ordem tributária.

ANTONIO AUGUSTO DUNSHEE DE ABRANCHES — Ex-presidente do Flamengo, é acusado de ter prestado informação falsa à CPI.

VANDERLEI LUXEMBURGO — O ex-técnico da Seleção pode ser processado devido à diferença de R\$ 10 milhões encontrada pelos senadores entre a movimentação bancária do treinador e os dados declarados à Receita Federal.

REINALDO PITTA — Empresário de futebol, pode ser indiciado por ter mentido em depoimento à Polícia Federal.

EDUARDO VIANA — Presidente da Federação do Rio de Janeiro, é acusado de ter administrado a entidade de forma temerária.

EDUARDO JOSÉ FARAH E PEDRO IVES SIMÃO — O primeiro, presidente da Federação Paulista, pode ser processado por apropriação indébita, crime do qual também é acusado o segundo, e evasão de divisas de US\$ 1,2 milhão. Além disso, teria cometido crime de perjúrio em depoimento à CPI.

ELMER GUILHERME — Além de pedir intervenção na Federação Mineira, presidida por Guilherme, a CPI o acusa de gestão temerária, inobservância das leis e descuido com o patrimônio da entidade.

SAMIR ABDUL-HAK E JOSÉ PAULO FERNANDES — O primeiro é ex-presidente do Santos, acusado de apropriação indébita, sonegação fiscal, falsidade ideológica, gestão temerária e evasão de divisas. Fernandes é acusado de apropriação indébita de recursos do clube.



Além de apontar irregularidades e sugerir indiciamentos, a CPI concluiu pela necessidade de uma grande alteração na legislação esportiva, inclusive com a criação de agência reguladora



Trabalhos da CPI resultaram também numa proposta de ampla reformulação do futebol

Comissão propõe novas leis para o esporte

A CPI do Futebol não se limitou a apontar irregularidades na administração de clubes e federações. O relatório do senador Geraldo Althoff propõe alterações na legislação esportiva:

Lei de Responsabilidade do Futebol Brasileiro – O futebol passa a ser considerado atividade comercial. Os dirigentes ficam sujeitos às sanções penais e civis, nos moldes do que ocorre com os responsáveis por sociedades comerciais. Terão que, obrigatoriamente, publicar demonstrações contábeis e financeiras das atividades de clubes e federações.

Regulamentação da profissão de agente esportivo – A atividade deixa as margens da lei para ser considerada profissão. A mudança deve dar transparência às negociações de atletas, que investigações da CPI mostraram estar cercadas de irregularidades.

Subcomissão Permanente de Desportos do Senado – Funcionaria no âmbito da Comissão de Educação e seria um fórum para debates sobre o setor.

Agência reguladora do desporto – Entre outras funções, deverá formular políticas, disciplinar as atividades desportivas, criar pro-

gramas de estímulo e fiscalizar a atividade esportiva.

Comissão nacional sobre a violência em espetáculos esportivos – Sob a coordenação do Ministério do Esporte e Turismo, a comissão seria composta por parlamentares e representantes do Ministério da Justiça, para propor em 90 dias medidas de prevenção e reversão da violência nos estádios.

Comissão para nova Justiça Desportiva – Também formada por membros do governo e do Congresso, deverá propor um novo código disciplinar e a reestruturação da Justiça Desportiva.

Mauro Miranda pede punições: “Quem errou tem que pagar”

A caixa-preta do futebol brasileiro foi aberta com a aprovação, ontem, do relatório Althoff, restando agora ao Ministério Público e à Justiça não decepcionar os parlamentares e a sociedade em geral, punindo com rigor os responsáveis por desmandos e falcaturas dentro e fora dos campos. Foi o que disse, em Plenário, o senador Mauro Miranda (PMDB-GO), para quem o



Para Mauro, Senado está dando o primeiro passo no sentido de moralizar o esporte

Senado dá o primeiro passo no sentido de moralizar a principal paixão do povo brasileiro.

Para Mauro Miranda, as provas levantadas pela CPI que investigou irregularidades no futebol brasileiro “são irrefutáveis” e demonstram, conforme observou, ser chegado o momento de o esporte de maior popularidade no país passar por uma limpeza geral. “Quem errou tem que pagar”, afirmou.

Apesar de qualificar de “ilíbado” o trabalho da CPI e de acreditar que os responsáveis pelas irregularidades serão punidos, Mauro Miranda deu conhecimento à Casa de pesquisa via Internet, realizada na quarta-feira pela Rede Globo de Televisão, que apontou que 58% dos entrevistados acreditam que o futebol vai continuar o mesmo, independentemente do relatório apresentado.

– Precisamos colocar um ponto final nesse descrédito popular. O Senado já começou a fazer a sua parte. Espero, para o bem do futebol brasileiro e de seu povo, que aquele ditado de tudo “acabar em pizza” seja banido de uma vez por todas no Ministério Público e na Justiça – concluiu Mauro Miranda.

O que eles disseram



Encerramos uma página importante do futebol brasileiro. Rejeitamos a tese de que o futebol deveria continuar sendo organizado e administrado sem que o Estado pudesse combater os crimes que lesam o próprio Estado. A CPI não se esgota com o relatório: as soluções já estão encaminhadas na legislação proposta.

Antero Paes de Barros



A CPI não quer saber de inocentes ou culpados, preferindo pegar politicamente alguém para pagamento dos pecados de muitos.

Gilvam Borges



O relatório pode ter falhado na abrangência, mas é eficiente na apuração, e muito convincente. Os indícios são de grande gravidade, e o Ministério Público não se furtará a investigá-los.

Sebastião Rocha



A CPI provou que o futebol é um patrimônio público. E, a partir de suas conclusões, teremos reformulações profundas. A CPI é a favor do futebol organizado.

Maguito Vilela



Nenhum dos acusados poderá dizer que houve injustiças no trabalho da CPI.

Romeu Tuma



A CPI tinha mais do que indícios. Eram provas de crimes de sonegação, apropriação indébita e evasão de divisas, entre outros. Tudo já comprovado.

Geraldo Cândido



Investigamos os sanguessugas do futebol brasileiro.

Geraldo Althoff



O futebol não será mais o mesmo depois da CPI. Além dos indiciamentos, há propostas de legislação modernizadora que vai mudar os rumos do esporte.

Álvaro Dias

Tebet quer agilizar exame da PEC que restringe imunidade

Presidente do Senado considerou a matéria lida antes mesmo de sua publicação e já a encaminhou à CCJ, onde o relator será José Fogaça

O presidente do Senado, Ramez Tebet, anunciou ontem no Plenário ter recebido das mãos do presidente da Câmara, Aécio Neves, a proposta de emenda constitucional (PEC) que restringe o instituto da imunidade parlamentar. Ele considerou a matéria lida antes mesmo de sua publicação, que deverá ocorrer hoje, e já a encaminhou ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

— Faço isso para que a matéria possa ter mais agilidade em sua tramitação por essa Casa. Não

posso garantir que conseguiremos aprová-la ainda este ano, pois a PEC tem um rito específico definido pela Constituição, mas asseguro que, no que depender da nossa vontade, iremos apressar o que for possível — afirmou.

A entrega da PEC foi feita oficialmente no gabinete do presidente e contou com a participação de vários líderes dos partidos políticos na Câmara e no Senado, além do senador José Fogaça (PPS-RS), indicado para a relato-



Ao lado de parlamentares, Aécio entrega a Tebet proposta que restringe a imunidade parlamentar, aprovada pela Câmara dos Deputados

ria da matéria.

— Esse momento é histórico para o Legislativo brasileiro, que assume uma posição de vanguarda sobre o assunto. Esse é um passo avançado para acabar com a impunidade no Brasil e o exemplo está sendo dado de cima para baixo. O Senado não vai faltar à nação, como não tem faltado — ressaltou Ramez Tebet.

José Fogaça informou que tentará estar com seu relatório pronto já na semana que vem, para a

apreciação dos integrantes da CCJ. Ele foi o autor do substitutivo aprovado no Senado há dois anos e encaminhado à Câmara.

Fogaça também adiantou que não deve fazer alterações no texto daquela Casa. Para ele, a PEC que restringe a imunidade não deve atrapalhar a votação da reforma do Judiciário, também em tramitação na CCJ. Se for necessário, afirmou, irá solicitar uma reunião extraordinária apenas para tratar da PEC.

Cabral adianta que proposta poderá ser analisada pela CCJ na quarta-feira

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) informou ao Plenário que a proposta de emenda à Constituição (PEC) que acaba com a imunidade parlamentar no caso de crime comum poderá ser incluída na pauta extra da reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da próxima quarta-feira. Presidente da CCJ, Cabral informou também que o relator da matéria será o senador José Fogaça (PPS-RS).



Bernardo Cabral informou que a PEC poderá ser incluída na pauta extra da reunião da CCJ

A proposta, de autoria do senador Ronaldo Cunha Lima (PSDB-PB), foi relatada no Senado por

Patrocínio alerta para riscos de remédios “maquiados”

Reportando-se à denúncia do Conselho Regional de Farmácia (CRF) do Distrito Federal de que vários laboratórios são suspeitos de modificar a fórmula e a embalagem de cerca de 140 medicamentos para elevar seus preços, o senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) manifestou sua preocupação com os perigos que a recente prática pode oferecer aos usuários dos remédios.

Patrocínio disse que a gravidade do processo de *maquiagem* dos medicamentos está no fato de que os laboratórios efetuam modificações, mesmo que mínimas, para conseguir novos registros e, em consequência, novos preços. Essas alterações, explicou, podem causar problemas aos consumidores mais desavisados, principalmente, aos analfabetos e aos idosos. Os danos podem variar da não ocorrência do efeito desejado, se a concentração tiver sido reduzida, até uma dose letal, se a concentração tiver sido aumentada.

O senador observou que, de acordo com os levantamentos do CRF-DF, de julho até agora o total de remédios maquiados passa de mil. O mais estranho, destacou, é que tal prática esteja ocorrendo sob as vistas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), responsável



Carlos Patrocínio estranha que a *maquiagem* ocorra “sob as vistas da Anvisa”

pela permissão dos novos registros.

— Fórmulas, embalagens, dosagem e concentração só são alteradas com a permissão da Anvisa, e o governo ganha, por cada novo registro, de R\$ 30 mil a R\$ 100 mil — detalhou o senador, utilizando informações do CRF-DF.

BELÉM-BRASÍLIA

Patrocínio aproveitou o discurso para apelar ao governo por recursos para a recuperação da rodovia Belém-Brasília, que, frisou, está em péssimas condições tanto pelo abandono quanto pelo excesso de chuvas. Ele lamentou acidente grave causado pelo queda de uma barreira no km 421 da estrada, que provocou a morte de quatro pessoas.

Amaral apela a FHC por mais investimentos na educação

Ao comentar sua preocupação em relação ao futuro dos professores do Brasil, o senador Valmir Amaral (PMDB-DF) apelou ao presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por uma revisão dos investimentos federais na educação. A formação do docente brasileiro, afirmou, está entre as piores do mundo.

Valmir Amaral citou estudo realizado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Cultura e Tecnologia (Unesco) e pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 47 países, segundo o qual o Brasil paga aos professores o quarto pior salário do mundo. O documento informa que, no Brasil, apenas 22% dos professores do ensino fundamental têm nível superior; no en-



Valmir Amaral citou estudo realizado pela Unesco e a OCDE em 47 países

sino médio, essa taxa sobe para 56%.

Essas deficiências, observou Amaral, associadas a problemas como classes superlotadas e elevada carga horária dos docentes, provocam, entre outros males, taxas elevadas de repetência. Ele informou que, segundo o Censo Educa-

cional de 2000, aproximadamente 11% dos alunos de ensino fundamental das escolas públicas repetiram o ano.

Além da formação de professores, há outros aspectos que reclamam melhorias, segundo Amaral. Um deles é a quantidade de alunos por classe — no ensino fundamental são quase 34 alunos por professor, e no médio, 21 por professor, quase o dobro da média dos países pesquisados — disse.

Senado discute fundo para Rio São Francisco

Antonio Carlos Valadares, autor da proposta, disse que, dos 36 afluentes do Velho Chico, hoje, apenas 19 são perenes. Recursos para revitalizar o rio seriam constituídos de 0,5% da arrecadação de impostos da União, descontados repasses

Plenário aprova operações de crédito e radiodifusão

O Plenário aprovou ontem dois projetos de resolução que autorizam o município de Juiz de Fora (MG) a contratar operações de crédito com o Banco ABN Amro Real S.A. para renovação da frota de veículos leves e pesados da administração municipal. Também foram aprovados cinco projetos de decreto legislativo autorizando a exploração de serviço de rádio e televisão. As matérias seguem à promulgação.

Ao defenderem os financiamentos concedidos a Juiz de Fora, no valor de R\$ 6,8 milhões e R\$ 1,2 milhão, os senadores Arlindo Porto (PTB-MG) e José Alencar (PL-MG) destacaram o pragmatismo e a eficiência do prefeito Tarcísio Delgado na gestão do município.

O único voto contrário foi dado pelo senador Lauro Campos (PDT-DF), que contesta a execução de

obras à custa do endividamento das administrações públicas.

Dos cinco decretos legislativos aprovados, três autorizam serviço de rádio comunitária pelas Associação Comunitária e Cultural São João Bosco da Região das Alterosas, Associação Educacional, Cultural e Artística Novo Tempo e Fundação Assistencial Maria do Carmo Pedrosa Mendes, respectivamente nos municípios de Betim (MG), Igaci (AL) e Nazarezinho (PB).

Os outros dois decretos referem-se à renovação da concessão da Rádio Subaé Ltda. para exploração de serviço de radiodifusão em ondas médias (AM) na cidade de Feira de Santana (BA) e à outorga de concessão à Fundação Nazaré de Comunicação para iniciar transmissões de TV em Belém (PA).

O Senado iniciou ontem a discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda à Constituição (PEC) que institui o Fundo para Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco. De iniciativa do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), a PEC determina que o fundo, com duração prevista de 20 anos, será constituído por 0,5% da arrecadação de impostos da União, descontados os repasses de recursos federais para estados e municípios.

Ao defender a proposta, Valadares comentou o quadro de agonia vivido pelo São Francisco. "Dos 36 afluentes do rio, hoje só 19 são perenes", revelou, creditando essa contínua deterioração ao "alheamento das autoridades". Como o governo não destinou "quase nada" para a revitalização do rio no Orçamento de 2002, cerca de R\$ 30 milhões, o senador disse esperar que o



Valadares atribui deterioração do São Francisco ao "alheamento das autoridades"

misso efetivo do governo com a revitalização do rio, sendo necessários não R\$ 30 milhões, mas R\$ 200 milhões anuais para a obra.

Dois senadores mineiros, Arlindo Porto (PTB) e José Alencar (PL), parabenizaram Valadares pela proposta do fundo para o São Francisco. Arlindo Porto defendeu que a revitalização hidroambiental ocorra junto com uma política de desenvolvimento sustentável para a população local, enquanto José

Alencar ressaltou a urgência da interrupção do processo de poluição e assoreamento do rio. Já a senadora Heloísa Helena (PT-AL) afirmou que o governo não tem o direito de opor-se à vinculação de recursos orçamentários para a revitalização do rio.

Senado vote a matéria na próxima quarta-feira, sem apresentação de óbices por parte da bancada governista.

Relator da Comissão Especial do Vale do São Francisco, o senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) afirmou que essa PEC surge em um momento de queda sem precedentes no nível do rio. "O lago da represa de Sobradinho só está com 5% de sua capacidade", informou. A exemplo de Valadares, Ornélas disse que não vê compro-

Alencar ressaltou a urgência da interrupção do processo de poluição e assoreamento do rio. Já a senadora Heloísa Helena (PT-AL) afirmou que o governo não tem o direito de opor-se à vinculação de recursos orçamentários para a revitalização do rio.

Realizou-se ontem a última sessão de discussão, em segundo turno, de outra PEC de Valadares, que constitucionaliza os fundos de desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia.



Na sessão de ontem, Plenário também aprovou moção contra protecionismo a aço norte-americano e autorizações para crédito e radiodifusão

Aprovada moção de protesto contra protecionismo da siderurgia dos EUA

Os senadores aprovaram ontem requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para que seja enviada moção ao presidente George W. Bush e ao Congresso dos Estados Unidos manifestando a preocupação do Senado brasileiro com a adoção de medidas protecionistas na indústria siderúrgica norte-americana.

De acordo com o senador Ricardo Santos (PSDB-ES), as ações recomendadas pela Comissão de Comércio Internacional dos Estados Unidos incluem proposta de ajuste na oferta e demanda mundial de aço e concessão de subsídios para a siderurgia norte-americana. "Essa comissão está respondendo a pressões da deficitária e obsoleta indústria de aço dos Estados Unidos, que há mais de 20 anos vive de subsídios do governo americano", declarou, preocupado com a possibilidade de que as exportações de aço brasileiro para aquele mercado sejam prejudicadas, por exemplo, pela elevação das alíquotas de importação do produto.

O líder do PSB no Senado, Paulo Hartung (ES), se mostrou solidário à preocupação expressa por Santos e pela senadora Emilia Fernandes (PT-RS) com o futuro da siderurgia brasileira. "Só lamento que o Senado não tenha debatido com maior destaque a crise no comércio internacional", disse. A atitude protecionista adotada pela comissão norte-americana foi vista como "um retrocesso" por Hartung, principalmente no momento em que o mundo comemorava a quebra de patentes em recente reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC).

O Plenário acolheu ainda requerimento do senador Mauro Miranda (PMDB-GO) solicitando a tramitação autônoma de projeto de sua autoria que dispõe sobre a concessão, preferencialmente à mulher, de título de transferência de posse e de domínio das moradias financiadas com recursos orçamentários. Com a decisão, o projeto volta a ser apreciado, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), desvinculando-se de pro-



Paulo Hartung afirmou que atitude protecionista norte-americana é um retrocesso

jeito da senadora Emilia Fernandes que reserva recursos de financiamentos habitacionais para a mulher chefe de família, que vai à CCJ e à Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Outro requerimento acolhido foi apresentado pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS) pedindo retirada definitiva do projeto de sua autoria que proíbe a concessão de procuração com poderes para recebimento de indenização paga por seguradora, verbas rescisórias de contrato de trabalho e benefícios pagos pela Previdência Social.

Alcântara destaca data contra violência à mulher

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) destacou o Dia Mundial pela Eliminação da Violência Contra a Mulher, comemorado no último dia 25, como importante iniciativa de solidariedade para com as vítimas femininas de atos violentos, no Brasil e no mundo. Segundo o parlamentar, é preciso que se ponha em prática a "velha utopia" de que homens e mulheres são considerados iguais pela lei e pelos valores sociais.

Ele citou estudos segundo os quais, no universo mais restrito e supostamente menos violento dos países industrializados, uma em quatro mulheres sofre algum tipo de violência.

Cândido prega fim de discriminação e intolerância

A comemoração do Dia Mundial pela Eliminação da Violência Contra a Mulher foi também comentada pelo senador Geraldo Cândido (PT-RJ), afirmando que a data serve para se reafirmar a luta por uma sociedade fraterna, sem discriminação, sem intolerância e sem violência.

O parlamentar disse que a violência de gênero é um problema mundial e atinge mulheres independente de idade, cor, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual ou condição social e afeta sobretudo o bem-estar, a segurança e as possibilidades de educação e desenvolvimento pessoal e auto-estima das mulheres.

Mozarildo anuncia que votará contra Executivo

Senador toma essa posição para denunciar política de demarcação de terras indígenas em Roraima. Ele diz que algumas ONGs, em conjunto com a Funai, convencem grupos de índios a se deslocarem para justificar ampliação de reservas

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) anunciou ontem que vai votar contra todas as propostas que venham do Executivo. Essa foi a forma que o senador encontrou para protestar contra a política de demarcação de áreas indígenas em Roraima. "Não posso votar a favor de um governo que está entregando meu estado a um punhado de ONGs", afirmou.

Segundo Mozarildo, algumas organizações não-governamentais, em conjunto com a Funai, estão convencendo grupo de índios a deslocarem-se para áreas que não habitam a fim de justificar a ampliação das áreas indígenas onde vivem. "Dá para desconfiar que mais da metade do território de Roraima esteja destinado a áreas para o menor número de índios do país. Basta um antropólogo de uma ONG contratada pela Funai emitir um relatório para justificar uma demarcação", acrescentou.

Como exemplo, o senador revelou que, para quatro mil ianomâmis, foram demarcados nove milhões de hectares. "Primeiro, tiraram os garimpeiros. Depois, tiraram os fazendeiros. Agora, estão querendo tirar os arroteiros e estão impedindo o Exército de



Para Mozarildo, são as ONGs que comandam política indigenista

construir um posto avançado na fronteira litigiosa entre o Brasil, a Venezuela e a Guiana", disse.

FUNCIONÁRIOS

A partir de reportagem jornalística, Mozarildo notou que a Funai tem 1.009 funcionários, sendo que 190 deles estão lotados em Brasília. Outro dado apontado pelo senador é o de que somente 10% dos funcionários têm nível superior. A maioria está lotada em áreas urbanas, e apenas 339 estão em áreas indígenas. "Hoje, quem comanda a política indigenista, de fato, são as ONGs", afirmou.

Mozarildo lembrou que é autor de uma proposta de emenda à Constituição (PEC), que está

tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que prevê a obrigatoriedade de exame, pelo Senado, de toda proposta de demarcação de áreas destinadas a índios ou à preservação ambiental. Ele lembrou que o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) pediu vista do parecer favorável à matéria em 7 de novembro e, desde então, a PEC não voltou à pauta da CCJ. O senador lamentou que o tema esteja caminhando para uma discussão ideológica. Ele sugeriu ao presidente da República que, ao promover a reforma da Funai, coloque índios no comando da instituição.

Marluce protesta contra nova área indígena em Roraima

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) acusou ontem, em pronunciamento, os dirigentes da Funai de terem aberto uma nova frente de batalha contra o povo de Roraima, com a Portaria nº 824/01. O documento citado pela senadora cria um grupo de estudo para delimitar mais uma área indígena no estado, contígua às de São Marcos e Raposa, denominada "Área Indígena Anarô, do Grupo Macuxi". Marluce pediu a solidariedade dos senadores contra a portaria.

— Sem arrazoado algum, sem justificativas, sem razões mínimas, a portaria determina que seja cercado todo um povo, impedindo-o de usufruir o direito inalienável de ir e vir — afirmou.

Marluce manifestou sua indignação contra a medida e a relacionou à aprovação da recente lei originária de projeto de sua autoria que transferiu para Roraima as terras até então pertencentes à União. Para a senadora, não há dúvidas de que a norma da Funai foi criada contra o projeto, pois foi assinada exatamente um dia após a aprovação de sua proposta pelo Se-



Marluce Pinto diz que está tomando providências para "estancar investida da Funai"

nado. Ela comunicou que já está tomando as providências "no sentido de estancar mais essa investida da Funai".

Marluce contou que, em recente encontro com o ministro da Justiça, a quem fez longo relato sobre a questão, foi muito bem recebida e o ministro lhe pediu que prepare um relatório circunstanciado a respeito do assunto.

A senadora ressaltou que, há 22 anos, quando chegou a Roraima, a convivência dos índios com a população era pacífica e cooperativa. No entanto, com a chegada da Funai, segundo a senadora, piorou a situação dos índios.

Lúdio cobra definição do governo, Amir Lando diz que Amazônia sofre com política "equivocada e hipócrita"

O discurso de Mozarildo Cavalcanti gerou debate em Plenário. O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) perguntou qual é a terra que realmente pertence aos índios e disse que o Senado deveria cobrar do Executivo uma posição definida sobre o assunto. Ele lembrou que, em Mato Grosso do Sul, "inventaram há dois anos" que a colônia de Dourados, onde o ex-presidente Getúlio Vargas implantou um assentamento agrícola na década de 40, é terra indígena.

Marluce Pinto (PMDB-RR) disse que a comissão designada para fazer demarcação de novas áreas em Roraima é composta por cinco técnicos, sendo dois oriundos de um programa da ONU, um técnico em agropecuária, outro a ser designado pelo Incra e um funcionário da Funai. "Na comissão não há nenhum representante de Roraima", assinalou.



Lúdio Coelho questiona critérios para definição de reservas, enquanto Amir Lando diz que atual política gera extermínio dos índios

O senador Amir Lando (PMDB-RO) disse que somente os habitantes da Amazônia estão sentindo o peso de uma política indigenista "equivocada e hipócrita". Segundo ele, a atual política não tem nada a ver com o índio e seu bem-estar, mas com o seu extermínio. "Não adianta ter uma reserva e manter o índio na Idade da Pedra. É o mesmo que decretar o



seu extermínio", afirmou.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) disse que o pedido de vista de Dutra não pode ser caracterizado como "ideológico", pois é um instrumento regimental. Segundo ela, Dutra quis apenas estabelecer o debate em torno de uma PEC que trata de tema complexo e cabe à presidência da CCJ colocar a matéria na pauta novamente.

Mauro pede apoio a recursos para irrigação

Ao comentar que a agricultura do Brasil tem experimentado um salto de qualidade e produtividade, o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) pediu a aprovação de proposta de emenda constitucional, de sua autoria, que prorroga por dez anos a aplicação de percentual mínimo dos recursos destinados à irrigação no Nordeste e Centro-Oeste.

O Centro-Oeste, observou o senador, apesar de ser ainda uma das regiões menos desenvolvidas do país, demonstra grande potencial produtivo, pois vem reagindo de maneira positiva aos investimentos do governo federal. De acordo com Mauro Miranda, o prazo de dez anos é necessário para não interromper esse processo de desenvolvimento.

— Riqueza significa mais e me-

lhores empregos para a população local e maior arrecadação para os estados e municípios — disse o senador citando projetos como o do distrito de Luís Alves, no município de São Miguel do Araguaia, e o de Três Barras, em Cristalina, ambos no estado de Goiás, como exemplos de planos concretos para o desenvolvimento de áreas com potencial reconhecido.

Áreas como essas, afirmou, precisam somente de investimento em irrigação para se tornarem novas frentes de produção da agricultura moderna nacional.

— Gostaria de solicitar a devida atenção para a proposição, que considero plenamente justificada em forma e em mérito — concluiu Mauro, afirmando que a PEC encontra-se pautada para votação final na Câmara dos Deputados.

Suplicy condena a guerra no Afeganistão

“Quantos homens terão que morrer para que se descubra que não é com a morte de outro ser humano que os problemas do planeta vão ser resolvidos?”, questiona o senador, classificando ataques americanos de insensatos



Cesar Gaviria (C) afirmou a Jefferson Péres e Ramez Tebet que a OEA está tentando estabelecer convenção interamericana de luta contra o terror

Tebet discute com secretário da OEA o combate ao terror

O presidente do Senado, Ramez Tebet, conversou na manhã de ontem com o secretário-geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), Cesar Gaviria Trujillo, que está em visita ao Brasil. Tebet, Gaviria e o presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), senador Jefferson Péres (PDT-AM), trataram da questão do combate ao terrorismo e de outros temas de interesse dos países americanos. Gaviria disse ter relatado aos senadores o papel da OEA no contexto atual de luta contra o terrorismo, informando que a organização está tentando estabelecer uma convenção interamericana de luta antiterrorismo a ser implementada ainda no primeiro semestre do próximo ano. Os temas relacionados à democracia e aos direitos humanos nos países integrantes da OEA e a revisão desses conceitos também foram abordados na reunião com os presidentes do Senado e da Comissão de Relações Exteriores, acrescentou o secretário-geral.

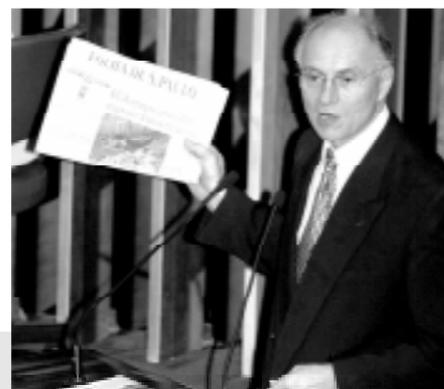
VISITA DE KOFFI ANNAN
Ramez Tebet recebeu ontem comitiva formada pelo secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Raimundo Damasceno, pelo pastor Ervino Schmid e pelo jornalista Luís Mir, entre outros. Eles estavam acompanhados do senador Roberto Freire (PPS-PE) e trataram da visita oficial que o secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Kofi Annan, fará ao Brasil em maio do próximo ano.

PRESIDENTE DO JB
O presidente do *Jornal do Brasil*, José Antônio do Nascimento Brito, fez visita de cortesia a Ramez Tebet. De acordo com o presidente do *JB*, tratou-se de uma conversa política. Entre outros temas, José Antônio buscou saber a opinião de Tebet sobre a legislação que será votada no Senado permitindo a pessoas jurídicas serem acionistas de empresas de comunicação. Atualmente, apenas pessoas físicas podem ser proprietárias dessas empresas. Para José Antônio, a aprovação da lei dará nova vida ao mercado de comunicação brasileiro.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) condenou a guerra dos Estados Unidos contra o Afeganistão, classificando-a de insensata. Ele leu em Plenário o poema *A Bomba*, de Carlos Drummond de Andrade, com o qual condenou os bombardeios que vitimam milhares de civis no Afeganistão. “A bomba não destruirá a vida/o homem (tenho esperança) liquidará a bomba”, recitou.

Para o parlamentar, os atentados terroristas nos Estados Unidos, em setembro, não justificam a ofensiva americana contra o Afeganistão. Suplicy acredita que os líderes dos países mais desenvolvidos do mundo têm que encontrar outro caminho que não seja o da guerra para resolver a questão do terrorismo.

– Quantos homens terão que morrer para que se descubra que



Para Suplicy, atentados terroristas não justificam ofensiva contra o Afeganistão

não é com a morte de outro ser humano que os problemas do planeta vão ser resolvidos? – perguntou o senador.

Em aparte, o senador Lauro Campos (PDT-DF) disse que o pronunciamento de Suplicy está entre os mais ricos e sensatos que

já teve a oportunidade de ouvir no Senado. Ao declarar-se comovido com o poema de Drummond, o senador afirmou que o poeta concordaria que “ser civilizado não é matar com mais eficiência”.

Heloísa Helena (PT-AL) disse que não existe paz sem justiça social. Esses critérios, continuou, podem ser aplicados tanto para a periferia dos grandes centros

brasileiros quanto em qualquer outro país do mundo. A senadora afirmou que muitos países menos desenvolvidos praticam a “diplomacia da vassalagem”, e considerou inadmissível a subserviência dos países que permitem que os Estados Unidos prossigam essa guerra.

Rocha lamenta assassinato de chefe de expedição científica no Amapá

O assassinato do velejador neozelandês Sir Peter Blake, comandante do navio inglês de pesquisa científica *Seamaster*, por piratas amapaenses, por volta das 22h de quarta-feira, no balneário de Fazendinha, próximo a Macapá, foi lamentado ontem pelo senador Sebastião Rocha (PDT-AP), que pediu desculpas pelo ocorrido. O senador solicitou ao governador do Amapá que tome todas as providências para identificar e prender os assassinos e apelou ao Itama-



Sebastião Rocha cobrou providências para a prisão dos assassinos

ryta a fim de que agilize as medidas para a liberação e o transporte do corpo do comandante para

a Inglaterra, onde será sepultado.

Segundo Rocha, o *Seamaster* é um barco de pesquisas e conduzia, além da tripulação, dez cientistas da área de biologia marinha e estudiosos da fauna e flora tropicais, profissionais da rede de televisão BBC de Londres e do canal de TV a cabo Discovery Channel. O senador ressaltou que o assassinato terá repercussão internacional, pois o comandante possuía o título nobiliárquico de *Sir*, que destaca aqueles que estão a serviço da rainha Elizabeth.

Moreira Mendes registra o Dia Internacional da Romênia

Ao registrar o Dia Internacional da Romênia, comemorado no último dia 1º, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) cumprimentou o povo e o governo daquele país, ressaltando a estreita relação no campo político e econômico com o Brasil. “Esses dois povos – disse o senador – são muito próximos no espírito de busca do crescimento econômico, do bem-estar social e do fortalecimento político.”

Moreira Mendes elogiou o go-

verno romeno pela determinação com que tem conseguido delinear o processo de redemocratização. O parlamentar lembrou que uma revolução, em 1989, derrubou o governo ditatorial que comandava a Romênia havia décadas.

– A Romênia, amparada pela força e determinação de sua gente, tem sabido levar adiante o processo de privatização, e o Parlamento romeno tem adotado uma legislação aberta e mo-



Moreira Mendes destacou a estreita relação entre os povos romeno e brasileiro

derna que tem atraído grande interesse de investidores estrangeiros – ressaltou.

Valadares pede ao governo que socorra aviação do país

Segundo senador, para ajudar companhias aéreas, União não precisa alocar maciços recursos, como fez com os bancos

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) conclamou ontem o governo federal a promover uma intervenção destinada a estancar a crise que se abate sobre as companhias aéreas brasileiras. Segundo ele, a situação é tão grave que a Transbrasil, uma das empresas aéreas mais tradicionais do país, já anunciou a suspensão de suas atividades por tempo indeterminado, levando ao desemprego milhares de pessoas.

— O governo não pode simplesmente lavar as mãos, como vem fazendo, diante de um fato tão grave como esse — advertiu o senador, ao prever que, se não forem adotadas providências urgentes, “a crise poderá se estender a outras empresas aéreas que também passam por sé-



Para Valadares, crise que atingiu Transbrasil pode se estender às outras empresas do setor

rias dificuldades”.

Antonio Carlos Valadares atribuiu a crise da aviação comercial, com destaque para a da Transbrasil, a três fatores: má administração, alta exagerada dos combustíveis e pagamento a mai-

or do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) a governos estaduais, conforme alegam as empresas.

O senador entende que o governo não precisa alocar maciços recursos federais para as companhias aéreas, como fez com os bancos, o que, observou, causou sangria nos cofres da União. Mas defende a necessidade de o governo conceder maiores prazos para pagamento das dívidas das empresas. Valadares lembrou que o governo norte-americano ajudou suas empresas aéreas após os atentados terroristas de 11 de setembro. Caso contrário, acrescentou, as companhias quebrariam em virtude de problemas financeiros causados pela falta de passageiros.

Carlos Bezerra defende aprovação de nova lei para empresas aéreas

Ao comentar a crise que atinge as empresas brasileiras de aviação comercial, o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) defendeu a aprovação, com urgência, de uma nova Lei de Aviação Civil. Ele lembrou que não é de hoje que o setor vem enfrentando dificuldades e que a situação complicou-se a partir da desvalorização do real no início de 1999, “que repercutiu duramente nas finanças dessas empresas, que precisam pagar em dólar os compromissos com o financiamento das aeronaves e das peças para sua manutenção”.

Carlos Bezerra disse que um novo modelo de aviação civil se faz necessário. Não importa, observou, se a solução sairá da fusão entre empresas existentes, do fechamento e substituição por companhias novas e mais bem administradas, ou do aumento do percentual permitido de participação societária estrangeira.

— O importante é que o Tesouro Nacional, isto é, o contribuinte, não venha pagar a conta da má administração dessas empresas, viciadas durante anos em um mercado fechado — comentou.

O senador concorda que a tributação incidente sobre a aviação civil — que chega a 35% no Brasil, contra 16% em média nos países europeus e 8% nos Estados Unidos — é um dos problemas. Mas ele discordou que o governo deva atender a todos os pleitos das companhias, que tentam alterações na regulamentação do setor, na legislação trabalhista e na tributária, além da desistência de contestação na Justiça, por parte do governo, das decisões favoráveis às empresas nos processos que moveram pelas supostas perdas que sofreram quando dos planos de estabilização dos anos 80.

— As dificuldades são muitas.



Para Bezerra, situação das companhias se agravou com desvalorização do real

Afinal, o mercado brasileiro de viajantes em avião é muito pequeno, em virtude da grande desigualdade social vigente em nosso país. Parece ser inevitável, por exemplo, a conclusão de que não há espaço para quatro empresas. Mas nada justifica a hesitação do governo em propor uma solução, um novo modelo — afirmou.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Cidadania* — O sen. Saturnino Braga e a cineasta Assunção Hernandez falam sobre cinema nacional
7h30 — *Entrevista* — O sen. Lindberg Cury fala sobre a Organização Mundial do Comércio (OMC)
8h — *Canal do Município*
8h30 — *Saúde/Unip* — Alcoólicos anônimos — Parte 2
9h — Sessão Plenária (ao vivo)
13h — Comissão de Educação — Audiência pública sobre a entrada de capital estrangeiro nas redes de TV a cabo no Brasil (gravado)
Logo após — Sessão Plenária (reapresentação)
20h30 — *Entrevista* — O sen. Ademar Andrade fala sobre o combate às desigualdades sociais
21h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
21h30 — *Redescobrimo o Brasil* — Lâmpião
22h — *Teatro Arthur Azevedo* — E, de Millor Fernandes
24h — *Quem Tem Medo da Música Clássica?* — Edvard Grieg — *Suíte nº 1 e nº 2 da peça Peer Gynt*

SÁBADO

1h — *Cidadania* — O sen. Lúcio Alcântara e a advogada Márcia Ribas falam sobre estabilidade para portadores de HIV
3h30 — *Entrevista* — O sen. Lúcio Coelho fala sobre reformas estruturais
4h30 — *Saúde/Unip* — Pressão alta — Parte 1
5h30 — *Jornal do Senado*
6h30 — *Cidadania* — O sen. Sebastião Rocha e o deputado Pedro Delgado falam sobre a Conferência Nacional da Saúde Mental
7h30 — *Entrevista* — O sen. Alberto Silva fala sobre o biodiesel
9h — *As Cores do Brasil* — Alagoas
10h — *Quem Tem Medo da Música Clássica?*
12h30 — *Entrevista* — O sen. Lindberg Cury fala sobre a OMC
13h30 — *Cidadania* — O sen. Eduardo Suplicy e Lucélia Santos, diretora de cinema, falam sobre o filme *Timor Laranja*, o massacre que o mundo não viu
16h — *Arquivo Aberto* — Energia
16h30 — *Canal do Município* — Programa dedicado aos municípios brasileiros — nº 2
17h30 — *As Cores do Brasil* — Olinda
18h — *Quem Tem Medo da Música Clássica?* — Edvard Grieg

19h — Missa do Natal do Senhor — Missa de Confraternização de Fim de Ano do Congresso Nacional
20h — *As Cores do Brasil* — Campina Grande — Museus
22h30 — *Redescobrimo o Brasil* — Glauber Rocha
24h — *Teatro Arthur Azevedo* — *Show Sargitário*, com Carlinhos Veloz

DOMINGO

1h30 — *Redescobrimo o Brasil* — Lâmpião
2h — *Fala Cidadão* — A conexão do Senado com a sociedade
3h30 — *Entrevista* — O sen. Lindberg Cury fala sobre a OMC
5h — *As Cores do Brasil* — Fortes do Recife
6h30 — *Cidadania* — Senador Lúcio Alcântara e advogada Márcia Ribas
8h — *Jornal do Senado*
9h — Missa do Natal do Senhor
10h — *Quem Tem Medo da Música Clássica?*
12h — *Jornal do Senado*
12h30 — *Entrevista* — O sen. Geraldo Althoff fala sobre os resultados da CPI do Futebol
16h — *Canal do Município*
16h30 — *De Coração* — Aritmias cardíacas
17h — *Fala Cidadão*
17h30 — *Arquivo Aberto* — Energia
18h — *Quem Tem Medo da Música Clássica?*
19h — *Leituras* — Autran Dourado
19h30 — *Cidadania* — Senador Sebastião Rocha e deputado Pedro Delgado
20h30 — *Idéias* — Os senadores: opinião, discursos e

RÁDIO SENADO

HOJE

7h — Música, informação e serviço
7h30 — *Senado Notícias* em ondas curtas para as regiões Norte/Nordeste
8h — *Senado Primeira Hora* — As principais notícias do Senado, do país e do mundo
9h — Sessão Plenária do Senado (vivo)
13h30 — *Doce Melodia* — O melhor da música instrumental brasileira
14h15 — *Senado Notícias* — Edição da Tarde
14h30 — Sessão Plenária do Senado (reprise)
19h30 — *A Voz do Brasil*
20h — Música, informação e serviço
20h30 — *Doce Melodia* — O melhor da música instrumental (reprise)
22h — *Senado Notícias* — Edição da Noite
23h — *Música do Brasil*

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal
DirecTV: canal 163
Sky Net: canal 30
Tecsat: canal 17

Internet: www.senado.gov.br
Antena Parabólica - Sistema Digital:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência: 3.644,4 Mhz
- Frequência (Banda - L) - 1505,75 Mhz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC/MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- FEC: 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Antena Parabólica - Sistema analógico

- Satélite - B1
- Transponder - 11 A-2 (canal 8)
- Polarização - Horizontal
- Frequência - 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1, 11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

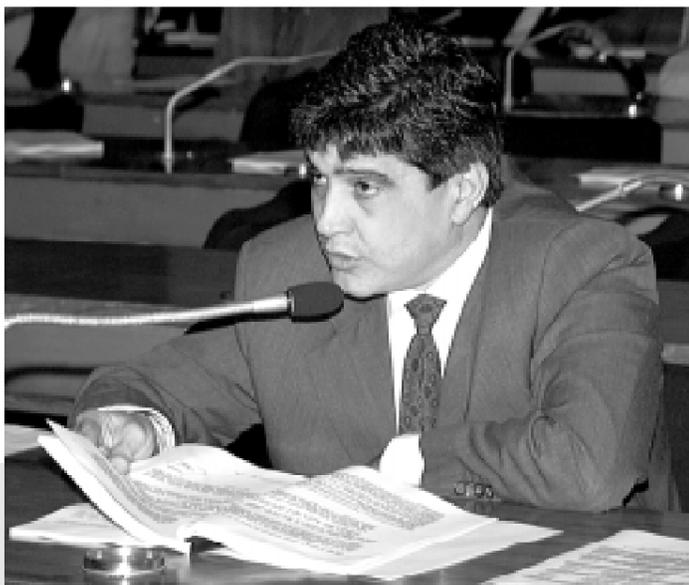
Wellington propõe anistia de dívidas de pequeno produtor

Conforme projeto do senador, agricultores e pescadores que fizeram empréstimos no Banco do Nordeste teriam 50% de seus débitos perdoados

O senador Wellington Roberto (PMDB-PB) anunciou projeto de lei de sua autoria que perdoa a metade das dívidas contraídas junto ao Banco do Nordeste por pequenos produtores rurais e pescadores, além de suas cooperativas e colônias, por meio de financiamentos do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE) e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). De acordo com a proposta, os 50% restantes serão refinanciados por dez anos, com três de carência, à taxa de 3% ao ano.

A justificativa do senador é que os beneficiários do projeto estão sem meios de honrar os compromissos em virtude da alta sucessiva dos juros, da falta de investimentos subsidiados pelo governo e das constantes intempéries climáticas. Wellington acrescentou que, sem meios para obter novos recursos, eles não podem investir em novas atividades.

— Para o governo federal e respectivas instituições financeiras,



Wellington Roberto argumenta que pequenos agricultores e pescadores estão sem meio de honrar as dívidas devido à alta sucessiva dos juros

é também a única maneira de ter algum ressarcimento do que foi investido. Como a anistia parcial, por si só, não soluciona o problema, faz-se necessário proporcionar-lhes acesso a novos créditos, de modo que possam reci-

clar suas atividades. Os pequenos produtores rurais sempre tiveram papel de destaque e relevância na economia nordestina e merecem tratamento favorecido por parte do governo — afirmou Wellington Roberto.

Heloísa cobra medidas em favor de agricultores do Nordeste

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) cobrou ontem do governo federal “ação imediata e efetiva” para socorrer os pequenos e médios produtores rurais do semi-árido nordestino, que vêm sofrendo com a seca. Heloísa afirmou que os produtores de grãos e leite do estado de Alagoas perderam a safra, e desde 1997 vêm tendo prejuízos, sendo “completamente esquecidos” pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

Segundo Heloísa Helena, o governo federal tem sido omissivo com os milhares de desempregados do semi-árido. Ela lembrou a pressa do Executivo para, por meio de medidas provisórias, intervir em situações de menor importância.

A senadora sugeriu, como solução emergencial para o setor agrícola nordestino, a edição de medida provisória que resolva ou minimize o problema das dívidas contraídas pelos pequenos

e médios agricultores junto aos fundos constitucionais e aos programas de agricultura familiar, como o de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

— A securitização não beneficiou os pequenos e médios produtores — criticou, afirmando ainda que as disputas internas no governo de Fernando Henrique Cardoso prejudicam os agricultores nordestinos. Segundo Heloísa Helena, os Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Fazenda e os governadores da base aliada não se entendem quanto às possíveis soluções para a agricultura nordestina.

ELEIÇÃO

Heloísa comentou ainda a disputa para o governo de Alagoas nas eleições de 2002. A senadora, que deve concorrer ao cargo com o líder do PMDB, senador Renan Calheiros, e o ex-presidente Fernando Collor, comparou a disputa eleitoral do próximo ano à “luta entre Davi e Golias.



Heloísa considera que o governo federal tem sido omissivo em relação ao trabalhador do semi-árido

— Uma das pedras da fundação de Davi, de acordo com o padre Antônio Vieira, era o conhecimento de si mesmo. Se ele enfrentou e venceu ursos e leões, por que não venceria o gigante Golias? — disse, acrescentando que espera uma campanha eleitoral “instrutiva e ideologizada”.

Jucá ressalta aumento na produção de grãos

Ao informar que o Brasil conseguiu nos últimos dez anos apresentar crescimento de 68,5% na produção de grãos, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) ressaltou que o aumento se deu principalmente devido ao incremento da produtividade, já que a área plantada na safra 2000/2001 não foi superior à do período anterior. Ele destacou os esforços do governo do presidente Fernando Henrique para o setor.

O senador ressaltou que o governo destinou R\$ 16,6 bilhões para o crédito de custeio, investimento e comercialização no período 2001/2002. Isso representa aumento de quase 47% nos recursos destinados ao crédito rural, em comparação com o período anterior, quando foram alocados R\$ 11,3 bilhões. Dessa forma, disse, o Plano Agrícola e Pecuário 2001/2002 contempla a maior parte das propostas apresentadas pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

O governo também aumentou os recursos para comercialização da safra, informou Jucá. Segundo afirmou, foram destinados R\$ 3,1 bilhões para aplicações, durante a colheita, em mecanismos como contratos de opção, prêmio de escoamento de produto e aquisições do governo federal. O senador destacou que houve acréscimo no crédito anual de custeio por beneficiário para



Romero Jucá disse que aumento da safra ocorreu devido ao incremento da produtividade

os principais produtos.

Outra medida para estimular o plantio na atual safra foi o reajuste definido no Plano Agrícola e Pecuário para os preços mínimos de garantia em alguns produtos. Jucá citou como exemplo o preço mínimo de garantia do algodão, que teve elevação de 6%; o do alho, de 3%; o do milho, de 2%; o do sisal, de 10,5%; o da soja, de 4,9% no Centro-Sul e 5% no Norte-Nordeste; e do sorgo, de 2%.

O senador afirmou ainda que a oferta de crédito para custeio, investimento e comercialização, associada à alta do dólar e à previsão de queda dos estoques mundiais de soja e milho, compõe um cenário extremamente favorável para o plantio da nova safra de grãos, que se iniciou no final de agosto na região Centro-Sul do país.

Eduardo pede ações contra surto de varíola bovina

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) pediu ao ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Pratinde Moraes, providências no combate ao surto epidêmico de varíola bovina que atinge o Vale do Paraíba (SP), e que ameaça se alastrar por todo o país. A moléstia, que pode ser transmitida ao homem, ataca as mamas das vacas impedindo a produção de leite.

O surto já atingiu 800 vacas na região, conforme o jornal *Folha de S. Paulo*. Além disso, 70 trabalhadores já teriam sido contaminados. Eduardo alertou para o risco de a doença se alastrar. Segundo o pecuarista Jorge Rubez, basta um trabalhador rural estar com o pé sujo e pisar no capim para contaminar vacas que nele se deitem.



Eduardo: a doença, que atinge rebanhos no Vale do Paraíba, pode se espalhar pelo país

Entre as medidas para o combate à varíola bovina, o senador destacou a rigorosa higienização da sala de ordenha, considerada pela pesquisadora Maristela Pituco, do Instituto Biológico de São Paulo, a fórmula mais eficaz para prevenção da enfermidade.

Emilia Fernandes: pluralidade sindical prejudica os trabalhadores



Emilia defende manutenção da unicidade sindical

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) criticou o governo pela apresentação da proposta de emenda à Constituição (PEC), arquivada na Câmara, que extinguiu o preceito da unicidade sindical, que veda a criação de mais de um sindicato de uma categoria profissional ou econômica na mesma base territorial.

Na avaliação da senadora, o governo defende a proposta para facilitar que "sindicatos de aluguel" sejam formados com o apoio disfarçado de empregadores, que poderão, dessa forma, "celebrar acordos coletivos de trabalho em prejuízo dos interesses dos trabalhadores".

A senadora registrou reunião do Movimento em Defesa da Unicidade Sindical, ocorrida no último dia 21, no Senado, em que representantes de mais de 150 sindicatos e federações de trabalhadores declararam-se contra a mudança. Emilia ressaltou que o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), João Felício, embora não tenha se manifestado favorável à unicidade, afirmou que a pluralidade defendida pelo governo acaba com o movimento sindical.

Emilia criticou o fato de "algumas entidades honestas" acreditarem no fortalecimento do movimento sindical com a instituição da pluralidade. Ela criticou também profissionais do Direito que defendem a proposta, salientando que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) só é forte por ser "una e indivisível". Do contrário, disse, o governo financiaria outras OABs "mais palatáveis" a seus objetivos.

A senadora disse que o governo, ao defender a pluralidade, "quer facilitar o desmonte do país e a escravização do povo". Emilia lembrou que o sistema de pluralidade sindical, implantado na Argentina "em nome da modernidade", minou a força do movimento operário no país.

Líderes discutem aumento do mínimo superior à inflação

Grupo foi criado por pressão dos partidos oposicionistas no Congresso para buscar alternativa de reajuste superior ao proposto pelo governo

Pressionados por obstrução dos oposicionistas às votações do projeto de Orçamento para 2002, líderes dos partidos do governo no Congresso decidiram criar grupo de trabalho para discutir a possibilidade de aumento do salário mínimo em abril próximo em percentual superior à inflação deste ano. Até então, o governo só previa aumento de 5,56%, o que elevaria o mínimo dos atuais R\$ 180 para R\$ 190. Os oposicionistas querem R\$ 220. Comporão o grupo os líderes partidários e o presidente da Câmara, deputado Aécio Neves.

Já está marcada a primeira reunião do grupo para terça-feira, dia 11. Também estará em debate uma segunda exigência dos oposicionistas: renegociação das dívidas de pequenos agricultores, calculadas em R\$ 4 bilhões. O líder do governo na Comissão de Orçamento, deputado Ricardo Barros (PPB-PR), afirmou que o governo, a princípio, não vê nenhuma fonte permanente de arrecadação para bancar um salário mínimo superior a R\$ 190.

— Se o relator-geral do Orçamento encontrar essa fonte e ela se apresentar factível, é claro que este poderá ser o caminho, desde



A reunião de ontem da Comissão de Orçamento, que votou relatórios setoriais, foi presidida pelo senador Carlos Bezerra (segundo à direita)

que o governo não se veja obrigado a sacrificar projetos sociais beneficiados pelo Orçamento do ano que vem — disse Barros.

Com o anúncio da criação do grupo, o líder do PT na comissão, deputado Virgílio Guimarães (MG), anunciou a desobstrução dos trabalhos na comissão, que pode continuar votando os relatórios setoriais.

IMPOSTO DE RENDA

Conforme o petista, a comissão de líderes tentará também negociar detalhes da proposta do governo de reajustar a tabela do Imposto de Renda em 17,5%. O governo, no entanto, pretende que no próximo ano ainda seja recolhido Imposto de Renda sem a correção. A diferença seria resti-

tuida nas declarações de 2003 e 2004. As oposições discordam e anunciam que, sem acordo, o projeto de correção do IR será votado pelo Congresso. "Quem tiver mais votos, leva", disse Virgílio.

A obstrução dos trabalhos da Comissão de Orçamento começou quando foram colocados em votação destaques apresentados ao relatório que trata da Previdência Social, responsável pelo pagamento a milhões de aposentados. Os oposicionistas reclamaram que, no relatório, não está incluído sequer o aumento de 5,56% do mínimo e pediram uma decisão do governo. A obstrução provocou várias reuniões, até que foi anunciada a reunião de terça-feira.

Edison Lobão cobra medidas para melhorar as rodovias

O senador Edison Lobão (PFL-MA) fez ontem alerta sobre a falta de critérios no governo para estabelecer prioridades quando se trata de rodovias. Não se compreende, disse, por que reivindicações e advertências de parlamentares e "de altas autoridades" não sensibilizam os dirigentes federais no sentido de considerar como emergenciais as providências que devem ser tomadas para melhoria das estradas.

— Os recursos são escassos, todos sabemos. Mas talvez falem os critérios mais adequados para escolha de prioridades, nas quais se invistam os recursos nacionais. O episódio das centenas de obras inacabadas é um exemplo dessa

assertiva. Têm sido despendidos valiosíssimos recursos do país para se perderem no nada. Falha, aí, o critério da prioridade — avaliou.

Lobão disse que a malha rodoviária brasileira é menor do que a da Argentina e não se tem notícia de que o país vizinho tenha deixado de encontrar soluções criativas para proteger suas estradas. O senador lembrou ainda dos diversos pronunciamentos que fez no Senado sobre o abandono das estradas brasileiras, o alto custo do abandono para o transporte e o prejuízo à frota de veículos.

— Mais recentemente, a 22 de junho, informei a esta Casa que o (então) ministro Eliseu Padilha (dos Transportes), na II Conferên-



Para Lobão, as providências em relação às estradas são emergenciais

cia Nacional da Indústria da Construção, reconheceu a situação caótica das estradas federais, especialmente no Maranhão, Piauí, Minas Gerais, Ceará e Bahia. Traçara um paralelo com a crise energética enfrentada pelo país e narrara que, em reunião com outros ministros de Estado, a eles declarou que "agora não temos mais margens para não investir. O comprometimento da malha é progressivo. O Brasil pode parar" — concluiu o senador.

Bezerra: governo não cumpre a emenda da saúde

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) lamentou que autoridades do governo estejam impedindo a aplicação da emenda constitucional que vinculou recursos da União, estados, municípios e Distrito Federal a gastos com saúde. Ele explicou que a intenção do legislador era garantir a qualquer cidadão o acesso gratuito e eficiente aos serviços de saúde.

— A emenda é auto-aplicável e os cálculos nos gastos deveriam ser feitos com base no orçamento do Ministério da Saúde. Entretanto, o orçamento ministerial teve uma queda considerável, se vertido em dólar, de quase US\$ 15 bilhões em 1995 para menos de US\$ 11 bilhões no ano passado. A intervenção da área econômica não leva em conta o interesse social, tão bem preservado na emenda — afirmou.

Até 2004, lembrou o senador, haverá um período de transição. A partir daí, as regras deverão ser definidas por lei complementar. Na prática, acrescentou, está havendo uma controvérsia sobre a interpretação de "valor apurado no ano anterior", necessário para se chegar ao montante do ano seguinte. Carlos Bezerra disse que a dúvida levou a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e a Advocacia Geral da União (AGU) a dar interpretação menos favorável aos entes federados.

DIVERGÊNCIAS

Os pareceres dos dois órgãos, disse, diferem dos proferidos pela Consultoria Jurídica e Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Saúde e pelo Conselho Nacional de Saúde.

— De qualquer forma, a regra geral é que os estados deverão aplicar, no ano de 2004, pelo menos 12% da base vinculável, e os estados que já aplicam esse percentual permanecem nesse patamar.

Já os municípios deverão chegar a 2004 com uma aplicação de 15% da base vinculável em ações e serviços de saúde. Carlos Bezerra ressaltou que as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com o setor nas esferas federal, estadual e municipal só serão estabelecidas por lei complementar que também deverá definir o que são ações e serviços públicos de saúde.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Ramez Tebet, Edison Lobão, Antonio Carlos Valadares, Carlos Wilson, Lauro Campos, Romeu Tuma e Gilvam Borges